

Os sem-acesso asfáltico querem estar no PNLT

O Rio Grande do Sul é um dos estados mais desenvolvidos do Brasil. Devido ao clima e números que indicam a qualidade de vida é conhecido entre populares como um pedaço da Europa dentro do continental país tropical. Mesmo assim ainda se depara com alguns números que devem impressionar os verdadeiros europeus. Um deles é o que mostra a quantidade de municípios sem acesso asfáltico. São 120 em todo solo gaúcho. Destes, oito são da região: Boqueirão do Leão, Canudos do Vale, Capitão, Coqueiro Baixo, Forquetinha, Revaldo, Sério e Travesseiro.

A expectativa dos prefeitos desses municípios é incluir a necessidade da realização da pavimentação no BID-2, um plano de financiamento gerenciado pelo Estado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ocorre que para poder fazer esse empréstimo o governo estadual tem que estar em dia com suas dívidas, o que não ocorre devido à crise financeira alardeada pela governadora. A Administração Estadual procura a liberação pela União. Enquanto isso, as cidades ficam com possibilidades reduzidas de crescimento. Essa situação faz com que os prefeitos tentem incluir as obras no Plano Nacional de Logística de Transportes (PNLT), que é um diagnóstico das iniciativas necessárias até 2015 para que não aconteça um colapso no sistema de cargas brasileiro.

O asfalto nos acessos aos municípios representa mais do que a comodidade para quem quer fazer turismo ou visitar os familiares que moram nesses locais já que pode significar um aumento de 25% no Produto Interno Bruto (PIB) em dois anos, com a redução dos gastos com manutenção e o desenvolvimento das agroindústrias, além da possibilidade de atração de empresas.

O Estado prevê um aumento de quatro milhões para dez milhões na produção de leite por dia, e para transportar tudo isso, precisa ter estradas em condições. Assim teríamos mais opções de mercado, de trabalho para a mão-de-obra que temos nesses municípios. Como forma de incentivo à tomada de decisão do Estado, os prefeitos citam a possibilidade do aumento de arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com maior produção.

As Administrações Municipais destacam que enquanto não for construído o acesso asfáltico, a região fica fadada ao desenvolvimento agrícola, não tendo condições de atrair empresas. Algumas iniciativas foram tomadas para atender aos pedidos do "sem-acesso asfáltico", mas ainda são insuficientes. No orçamento para 2008 há uma dotação de R\$ 28 milhões para esse fim, mas o valor necessário para atender a todos (R\$ 1 bilhão), ainda é pouco.

Tomando-se como exemplo, para se chegar a Capitão é preciso percorrer 18 quilômetros de estrada de chão batido. Esse é um dos motivos que inviabilizam a competição do município na busca de empresas e a possibilidade de crescimento. Há muita produção e precisa de logística e transporte, mas tudo sai muito caro, porque tem que enfrentar toda essa poeira em estrada de terra batida. O município tem participado de constantes reuniões como forma de

pressionar os governos estadual e federal para que seja liberada a verba do asfaltamento, mesmo sabemos que será difícil, mas a esperança é a última que morre.

A situação financeira em que se encontra o Estado é considerada uma vergonha pública pelo prefeito de Coqueiro Baixo. "É pela falta de responsabilidade dos nossos administradores nos últimos 30 anos que hoje estamos quebrados e não temos condições para essas obras", afirma. Indignado, ele não tem dúvidas de que essa não é uma das prioridades para a Administração Estadual, devido aos poucos recursos que tem. "Não vamos deixar de batalhar, mas a possibilidade de algum resultado é muito remota". Nunca imaginávamos que o Rio Grande do Sul chegaria a uma situação tão crítica, lamenta.

O secretário da Administração e Educação de Sérgio destaca que além de maior eficiência econômica, o asfaltamento vai representar uma importante obra de ação social. "Temos dificuldade em contratar médicos, em possibilitar que os jovens estudem em uma universidade, porque temos dificuldade de acesso", diz. Ele acrescenta que o município fica isolado e corre riscos de perder na criação de suínos e aves, devido ao alto custo do transporte.

A busca por melhores condições não é recente. Lembra que desde a instituição do Orçamento Participativo, no governo Olívio Dutra, os moradores têm se mobilizado, mas nada foi conseguido. "Naquela vez do OP tivemos uma das maiores participações do Estado, em porcentagem, com a comunidade reivindicando", ressalta.

O acesso asfáltico gera desenvolvimento econômico tanto na atração de empresas quanto no crescimento do setor primário. Os municípios têm muita dificuldade em prosperar, pois não há como evoluir sem condição de tráfego e transporte da produção.

Fonte: O Informativo (04/10/2007)